



**A QUESTÃO URBANA: UM NOVO
CAMINHO PARA AS NOSSAS CIDADES.**



Nelson Mandela



**A QUESTÃO URBANA: UM NOVO
CAMINHO PARA AS NOSSAS CIDADES.**

“A lógica do Capital
leva-o a destruir as duas
pilastras sobre os quais
ele se constrói, que é a
força de trabalho,
dispensando-a pela
automação, e a natureza,
com seus recursos se
exaurindo”.

Karl Marx

SUMÁRIO

1. **TESE:** A QUESTÃO URBANA E A POLÍTICA DESENVOLVIMENTISTA 05
Autor: Carlos Siqueira
2. **TESE:** REFORMA URBANA A PARTIR DE UMA ABORDAGEM SISTÊMICA 09
PSB/PA – Tese ao Congresso Nacional do Partido
3. **TESE:** CONJECTURAS ACERCA DA REFORMA URBANA 15
Autor: Fernando Mousinho
4. **TESE:** 2011, ANO INTERNACIONAL DOS POVOS AFRO DESCENDENTES E
DESENVOLVIMENTO DAS CIDADES 17
Autor: Profº. Mcs. Domingos Barbosa dos Santos
5. **TESE:** MULHERES NOS ESPAÇOS DE PODER E DECISÃO 23
Autora: Dora Pires
6. **TESE:** MOBILIDADE URBANA E TRANSPORTE PÚBLICO 27
Movimento Popular Socialista
7. **TESE:** VII CONSIND – NACIONAL 31
Autores: Joilson Cardoso
Vicente Selistre
8. **TESE:** OS SOCIALISTAS E SEU PAPEL PÓS-ELEIÇÃO 2010 41
Autora: Márcia Rebeca Silva de Oliveira

9. TESE: PROPOSTA DO FIM DA CLÁUSULA DE DESEMPENHO	43
---	-----------

Partido Socialista Brasileiro do Amazonas

10. TESE: SOMOS LINHA DE FRENTE DE TODA ESSA HISTÓRIA	44
--	-----------

Autores: Márcia Rebeca Silva de Oliveira

Sérgio Cardoso Emiliano

Viviane Brasil Soares

Célia Patrícia Fonseca de Oliveira

Rui Barbosa Júnior

Marja Geneviève Silva de Oliveira

Erickson Madjer

REFORMA URBANA A PARTIR DE UMA ABORDAGEM SISTÊMICA

PSB/PA – Tese ao Congresso Nacional do Partido

1. Introdução

A lei 10.257 DE 10 DE JULHO DE 2001 - ESTATUTO DA CIDADE em seu art. 2 estabelece que:

“Art.2. A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais:

I – garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para os presentes e futuras gerações;”

Este pequeno trecho do Estatuto da Cidade, em poucas palavras, faz referência ao um modelo de cidade justa, colocando o conceito de sustentabilidade como fator primordial. E, sendo a sustentabilidade um conceito sistêmico caracterizado ou condicionado por variáveis que determinam o nível de equilíbrio e seu tempo de permanência durante um referido processo, nada melhor do que usarmos a abordagem sistêmica para acerrar-se de qualquer assunto relacionado à reforma urbana.

2. A formação das cidades

Na história, o relato das primeiras formações de cidades surgiu da necessidade de obras coletivas de agricultores para combater fatores externos e cultivar os bens necessários a sua sobrevivência. Podemos citar como exemplo, o processo de formação das cidades às margens do rio Nilo no Egito, onde famílias de agricultores construíram canais, represas e drenagem de pântanos, que requeriam trabalhos coletivos para proteger suas colheitas das enchentes, consolidando nestas áreas protegidas determinado grupo de pessoas.

Posteriormente nestas mesmas áreas surgiu o excedente econômico que somado ao crescimento populacional provocou o aparecimento de comércio. Na sequência entra o processo de industrialização e formação dos grandes centros urbanos.

Partindo da história da formação das cidades, dentro de uma abordagem sistêmica, podemos enfatizar que a cidade é um sistema cujo equilíbrio depende do ajustamento completo das suas variáveis internas às condicionantes externas. Mas, como explicar o desequilíbrio deste sistema nos atuais centros urbanos? Quais os fatores externos que contribuem para isso?

3. É possível reforma urbana sem reforma agrária?

Com certeza, a maioria de referências bibliográficas aponta o inchaço das cidades como principal fator, seja ele pelo processo migratório de massas rurais e pela centralização de serviços em centros urbanos. Segundo VEIGA(2001) - *“Há uma forte crença no Brasil de que sua intensa urbanização transformará a população rural em mera relíquia de um ultrapassado subdesenvolvimento... Nessa ótica, a importância da sociedade relativa da sociedade rural já é tão pequena, que torna pouco qualquer política voltada a sua dinamização, além de dispensar alguma estratégia específica”*

A região Amazônica parece responder bem a esta crença, com seus inúmeros projetos de assentamento – PA's, precários destinados à implantação da agricultura familiar. Considero pior que a crise ambiental do desmatamento da Amazônia, o descaso na implantação de famílias nestes assentamentos, as condições de infra-estrutura (principalmente transporte), a deficiência nos programas de incentivo e apoio a estes pequenos agricultores.

A baixa qualidade de vida leva esta população a procurar vilas próximas a seus lotes ou centros urbanos municipais, na busca de melhores perspectivas de vida. O problema é que a estrutura destes centros já é deficitária. Com a condicionante externa de migração, logicamente aumenta esta deficiência.

Como já falamos anteriormente a cidade é um sistema cujo seu equilíbrio depende do ajustamento de suas variáveis interna com as condicionantes externas. Mas como manter este equilíbrio se na verdade o sistema já se encontra desequilibrado?

Portanto, é impossível proporcionar a reforma urbana, sem falar em reforma rural. Não há como trabalhar o equilíbrio de

uma cidade sem trabalhar suas condicionantes externas em igual valor com suas variáveis internas.

A cidade em si, é formada por vários subsistemas interligados, sendo que cada subsistema trabalha como condicionante externa para outro. O estatuto da cidade aponta várias diretrizes para equilibrar este sistema. Assim sendo porque a partir da obrigatoriedade de implantação dos Planos Diretores Urbanos e de condicionantes para a liberação de recursos, na tentativa de obrigar o poder publico a empregar esse instrumento de política de direitos humanos, eles ainda assim não acontecem?

Motivos de ocupação/ povoação histórica nos remetem a realidade da violência que assolam as cidades na Amazônia. Dentro dessa realidade está o Estado do Pará, com maior incidência de trabalho escravo, grande índice de grilagem, acentuado desmatamento, índice altíssimo de violência intra-familiar, abuso e exploração sexual infanto-juvenil, prostituição, pistolagem e inchaço das cidades com ocupação desordenada, como consequência favelas e bolsões da miséria. Assim, a expulsão dos pequenos proprietários para as cidades, também contribui no aumento da violência, pois sem qualificação, acabam sendo presas fáceis do mercado ilícito

Assim, a lógica de um modelo sistêmico de organização de cidade, entende que o problema do lixo, educação, segurança, desemprego, moradia (variáveis interna) e a ausência de Reforma Agrária eficaz (condicionante externa).

De fato numa economia baseada na superação de uns em detrimento de outros, onde as ZEIS – Zonas Especiais de interesse social são literalmente transformadas ZEIE – Zonas Especiais de Interesse Econômico. É ilusório imaginar que políticas criadas sobre um sistema que não têm o homem como prioridade e capaz de zelar pela sustentabi-

lidade das cidades, não deixando o capitalismo sobrepor às necessidades coletivas.

Exemplo clássico são os pólos comerciais como shopping e pólos habitacionais e os condomínios verticalizados, ou melhor, bairros verticalizados. É geralmente empreendimento da iniciativa privada que exercem uma enorme pressão sobre o sistema viário, sendo responsabilidade do poder público equacionar os subsistemas envolvidos, permitindo a geração de emprego e renda e moradia sem o comprometimento do sistema viário, neste item é recomendável que se busque soluções sustentáveis, dentre as quais destacamos:

- ▶ Fomentar a edificação horizontal, respeitando o conforto térmico nas grandes cidades, com edificações de até 6 andares.
- ▶ Implantação de sistema viário que restringe o automóvel, o qual é acesso de uma minoria para o aperfeiçoamento de transporte público alternativo, a exemplo do cicloviário, como o que ocorre em Amsterdã na Holanda. É mais barato, mais saudável, mais sustentável e, dependendo da distância, mais rápido.

O estatuto da cidade aponta soluções, como o Estudo de Impacto de Vizinhança, que permite avaliar os impactos deste processo de implantação. E, o sistema de operações urbanas consorciadas, que permite o trabalho conjunto entre o poder público e a iniciativa privada para equilibrar esse sistema. Pois a geração de emprego e renda é bastante necessária, mas os lucros desses investimentos são direcionados a pequenos grupos e o coletivo nunca deve ser deixado de lado, do contrário nunca haverá equilíbrio no sistema, uma vez que nem os seus subsistemas não conseguem equilibrar.

As ferramentas para trabalhar as variáveis internas do sistema cidade já existem, o que falta, repito novamente e empe-

nhado e seriedade no trato destas variáveis. Agora é pouca a preocupação com as condicionantes externas. Fala-se em urbanização, entretanto sem considerar o processo de ruralização, ou será que não precisamos, mas do meio rural?

Saber-se, portanto, que comprovadamente com cinco milhões de Km quadrados, 25 milhões de pessoas, 73% da população encontram-se em área urbana, nos últimos 40 anos à Amazônia vem experienciando uma forma de ocupação sempre voltada ora pra atender os interesses do Estado brasileiro, ora pra atender o capital estrangeiro, um modelo de desenvolvimento fundado na exploração predatória da natureza e do homem, especialmente o homem amazônico.

O Governo Federal incentivou a migração de brasileiros através dos projetos quer pelo âmbito da política de segurança nacional “integrar para não entregar”, e pelos “grandes projetos”: Carajás, hidrelétricas. Esses milhares de trabalhadores, mão de obra barata, depois de concluída as obras ficaram na região em busca de terras e oportunidades.

Para se fazer frente à violência institucional e a violência de todas as ordens é preciso refundar os processos de ocupação e desenvolvimento na Amazônia. Não há como pensar em reformas das cidades, mas pontual na Amazônia, sem uma política de ruralização que mantenha assentado no campo levando os serviços públicos estatais a esses pequenos proprietários.

O modelo de colonização com distribuição de terras se mostrou ineficiente. É necessário assentar essas famílias que habitam a região sem promover o desmatamento de áreas públicas, utilizando áreas degradadas e desmatadas. Um planejamento voltado para a produção de alimento de acordo com a vocação do local e a criação de animais e instalação de agroindústrias cooperativadas agregando valor a produção, escoando para os centros urbanos.

É fundamental a construção de agrovilas com acesso a luz, escolas, lazer, hospitais e segurança, garantindo o desenvolvimento sócio-econômico, geração de renda e freando o fluxo migratório para as cidades.

Assim, apesar da existência de uma legislação que busca a tutela dos direitos humanos, com leis de controle urbanístico, regularização fundiária, plano diretor urbano visando a ampliação das zonas de interesse social, política nacional de meio ambiente sustentáveis. Tal legislação não encontra amparo em um sistema onde a área urbana ainda é vista somente do ponto vista econômico. O que propomos é literalmente se pensar uma abordagem sistêmica, a fim de garantir os direitos fundamentais do povo brasileiro do campo e cidade.

4. A educação como política social de mitigação da migração do homem do campo para as cidades

Isto feito, muitas políticas são possíveis de ser implantadas a fim de estimular a permanência do homem no campo e garantir um desenvolvimento de cidade proporcional à qualidade de vida.

Como exemplo de política social, temos o lançamento do PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) que tem como objetivo expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos técnicos e profissionais de nível médio, e de cursos de formação inicial e continuada para trabalhadores.

A medida intensifica o programa de expansão de escolas técnicas em todo o país. Além das 81 unidades que estão em execução e devem ser inauguradas neste e no próximo ano, o Governo Federal deve anunciar nos próximos dias outras 120.

Com as 140 existentes até 2002, mais as 214 inauguradas no governo anterior, a

rede federal deverá contar com cerca de 600 unidades escolares administradas pelos 38 institutos federais de educação, ciência e tecnologia e um atendimento direto de mais de 600 mil estudantes, em todo o país.

Ainda falando em educação, propõe-se aumentar os investimentos para 10% do PIB no sentido de equilibrar o atraso de décadas de falta de investimentos na infraestrutura, qualificação dos professores e melhoria salarial.

Isto é possível para possibilitar a construção e reforma de escolas, investir maciçamente na qualificação dos professores, ampliação da oferta de vagas nas creches e pré-escola, erradicar o analfabetismo, ampliar a educação indígena e dos povos quilombolas, implantação de telecentros em todos os municípios, construção de quadras poliesportivas, criação de escolas em tempo integral, melhoria do salário dos professores, reduzir drasticamente a evasão e retenção escolas.

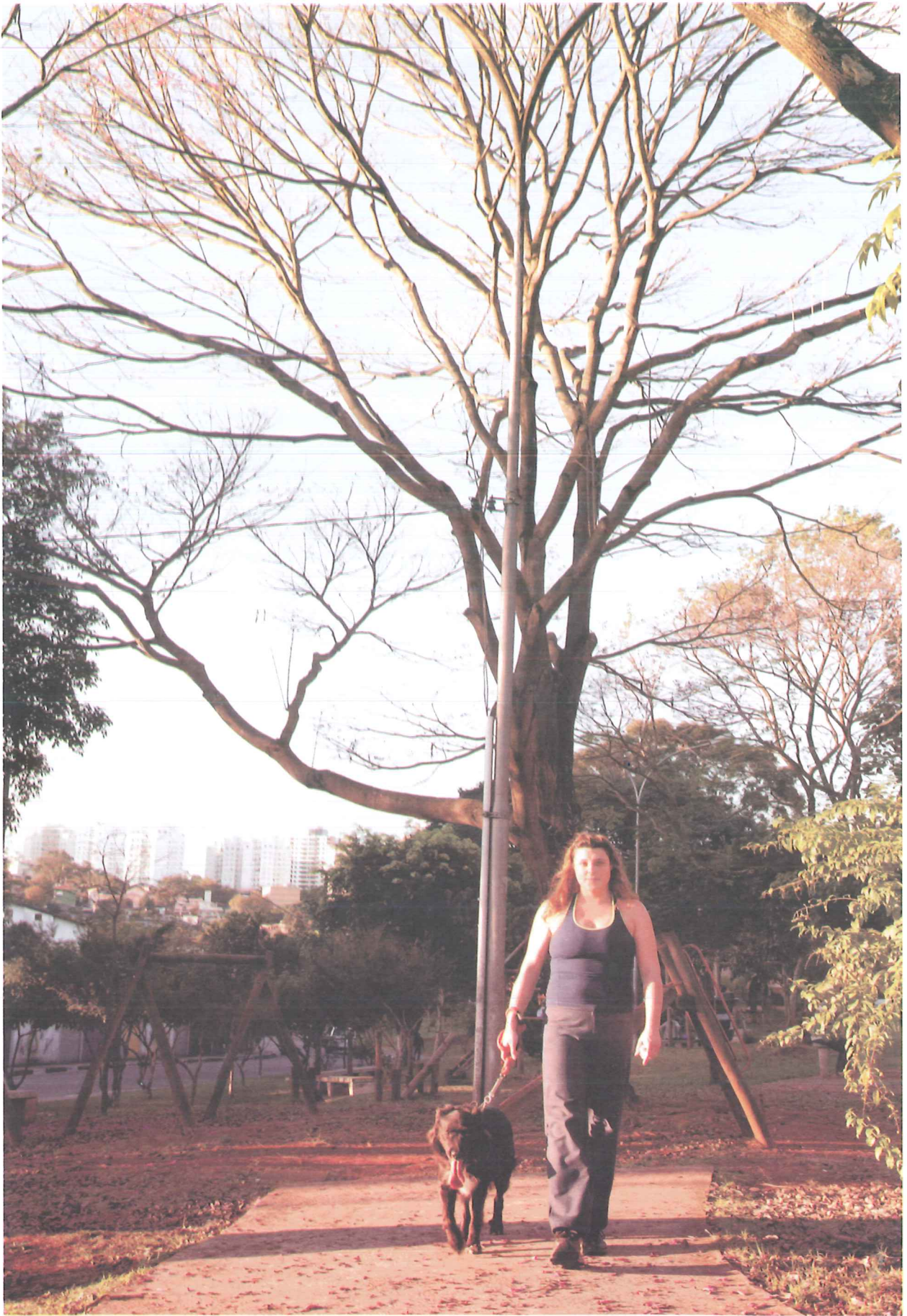
5. Conclusão

É possível implementar uma reforma urbana isolada a partir do que preconiza o do art. 2 do estatuto das cidades, exposto ao norte, sem uma abordagem sistêmica? É possível um reforma urbana sem uma reforma agrária? A partir dessas duas indagações chegamos a conclusão que não se pode falar em reforma urbana sem qualificar e quantificar suas causas históricas, seus desdobramentos, revelando que toda a discussão a respeito deve perpassar pelas causas que lhe deram origem, desde a formação das cidades, a falta de uma reforma agrária, a lógica do capital, a industrialização perversa, a globalização que favoreceu sobremaneira o capital, as políticas sociais arcaicas e ineficientes, o estado burocrático, a gestão temerária dos recursos públicos, a ditadura do judiciário, o modelo de educação arcaico e atrasado, entre outros.

A partir dessa visão sistêmica será possível construir um modelo de reforma urbana que possa atender não apenas questões isoladas e de cunho apenas social e patrimonialista, mas como uma abordagem global onde todas as variáveis devem ser consideradas na cons-

trução da garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para os presentes e futuras gerações.





CONJECTURAS ACERCA DA REFORMA URBANA

Fernando Mousinho

Zonal PSB Águas Claras-DF

“As cidades podem vencer”

Carlos Drummond de Andrade, em *Carta a Stalingrado*

A marca mais imoral herdada da Colônia é a estrutura da terra brasileira, baseada no latifúndio improdutivo e monocultor. Razão pela qual milhões de brasileiros expulsos do campo passaram a sobreviver miseravelmente na periferia das grandes cidades, em minguados espaços que sobram da monopolização dos especuladores imobiliários.

Dessa forma, O Brasil descortina o século XXI superando os 80% de população urbana, a qual vive em mais de 5.500 cidades sem as condições mínimas de educação, saúde, habitação, saneamento e sem perspectiva de trabalho digno. A população urbana do Brasil, que nos anos 1940 representava apenas 26% da população total, passou, em 2000, a 82,5%.

Atualmente, 155 milhões de brasileiros moram nas cidades, convivendo com uma carência habitacional de em torno de 21 milhões de moradores, sendo da ordem de 8 milhões o déficit quantitativo (inexistência absoluta de moradias) e 15 milhões de déficit qualitativo (habitações subnormais, irregularidades fundiária e urbana). Proporcionalmente, esse processo de favelização tem crescido mais rapidamente do que o aumento da população urbana. Essa realidade socialmente injusta e perversa reproduz a lógica do capital e do ‘sacrossanto

mercado’. Uma lógica excludente e concentradora, mancebia entre capitalismo especulativo e capitalismo produtivo.

Portanto, diante desse cenário caótico, o Partido Socialista Brasileiro, *historicamente produto e continuidade das experiências e lutas sociais, políticas, econômicas e culturais do povo brasileiro*, não faltará a mais este chamado histórico de caráter popular e nacional.

Cabe, pois, ao PSB, o papel de resgatar, organizar e fazer avançar o anseio de justiça social e o acesso dos cidadãos à cidade, visando a acabar com as desigualdades que se expressam nos espaços urbanos e garantir os direitos à cidadania plena.

Como princípio constitucional, a função da propriedade e da cidade vem sendo nominalmente – e apenas nominalmente – repetido por todas as constituições brasileiras desde 1934. Porém, destacamos a emergência do Movimento Nacional pela Reforma Urbana no processo constituinte recente, uma bandeira de luta que em várias cidades do país articulou e unificou uma série de sindicatos, movimentos e entidades de defesa dos direitos humanos, de ensino e pesquisas urbanas em luta pela conquista do direito à cidade. O mais importante, porém, é que a nova lei Federal nº 10.257/2001, chamada “Estatuto da Cidade”, legitima todos esses princípios e concepções que nor-

teiam a trajetória do processo de reforma urbana na sociedade brasileira, inclusive os gestados nos anos de 1960 dentro do ideário das reformas de base.

Não há dúvidas que a aprovação do Estatuto da Cidade, ao definir um novo marco regulatório para a condução do processo de desenvolvimento e expansão urbana por parte dos municípios, criou perspectivas alvissareiras para a modernização das práticas de planificação e gestão territorial mais democrática no Brasil. Norma esta que tem quatro dimensões fundamentais: consolida um novo marco conceitual jurídico-político para o Direito Urbanístico; regulamenta e cria novos instrumentos urbanísticos para a construção de uma ordem urbana socialmente justa e incluyente pelos municípios; aponta processos políticos-jurídicos para a gestão democrática das cidades; e propõe instrumentos jurídicos para a regularização fundiária dos assentamentos informais em áreas urbanas municipais.

Mesmo sendo a democracia representativa a fórmula adotada no modelo constitucional brasileiro, é preciso reconhecer a presença de elementos de democracia direta e de democracia participativa neste mesmo ordenamento.

Trata-se, portanto, de um novo paradigma, plenamente compatível com a política urbana do PSB, focada na *humanização das condições de vida nas grandes e médias cidades, cenários do drama cotidiano dos brasileiros*.

Reforma urbana, para nós socialistas, implica uma nova concepção moral e ética da sociedade, que condene a concepção da cidade como fonte de lucros para poucos e pauperização para as grandes massas. Enfim, nas administrações socialistas a cidade deve se expressar como espaço público de fato, abrangente e integrador, terreno apropriado à implementação da política urbana do PSB, que queremos *integrada às políticas ambiental, de transporte, de segurança, de saúde, econômica, social, educacional, visando à inclusão social e a melhoria da qualidade de vida da população*.

Este será o grande desafio dos nossos *prefeituráveis* em 2012.

No ensejo, aproveito para propor, por razões históricas, que o PSB assuma não só posição favorável à distribuição nacional dos royalties do pré-sal como também defenda que parte dessa riqueza sirva para financiar um Projeto de Reforma Urbana Nacional. Afinal de contas, o PSB não pode abandonar a bandeira da campanha “O Petróleo é Nosso”, a qual ele empunhou como pioneiro.

Restringir os benefícios desta riqueza nacional a poucos estados, é querer apagar da História, da nossa história, o maior símbolo do nacionalismo do povo brasileiro. Não basta a PSB sair do silêncio, é preciso sair em defesa da socialização desse patrimônio nacional.

Afinal, o Petróleo é NOSSO, ou não?



2011, ANO INTERNACIONAL DOS POVOS AFRO DESCENDENTES E DESENVOLVIMENTO DAS CIDADES

Prof^o. Mcs. Domingos Barbosa dos Santos

Subtema – Reforma Urbana: Favelização, Violência Urbana aos Jovens, Racismo, Discriminação Ambiental e Saneamento básico.

“O Homem nasce livre, e por toda a parte encontra-se a ferros (...) Quando um povo é obrigado a obedecer e o faz, age acertadamente; assim que pode sacudir esse jugo e o faz, age melhor ainda”

Jean-Jacques Rousseau

A história dos povos africanos e afro-descendentes no cenário da humanidade é uma história de luta por reconhecimento, de superação do preconceito, de afirmação dos valores e segredos que acompanham o jeito de viver e ser do povo negro, de conquistas e de posicionamento diante da sociedade civil. Os europeus, quando da era industrial, conceberam os povos africanos como potenciais consumidores dos seus produtos industrializados e arquitetaram naquele continente a exploração das terras, dizimaram etnias e, conseqüentemente a cultura local. Os europeus traçaram uma estratégia de destruição da cultura nativa, e, de maneira sutil implantaram a cultura europeia e capitalista em terras africanas, após a imposição cultural e capitalista, os povos africanos foram vítimas de uma das mais terríveis e cruéis formas de desrespeito que possa existir

entre os seres humanos – a escravidão. Em nome do sistema escravocrata, os povos europeus ceifaram muitas vidas de negros e negras, ainda na África, quando eram forçados e forçadas a se juntarem no porto das Lamentações para em seguida serem amontoados no interior de navios (equivocadamente denominados de navios negreiros) e outras tantas mortes durante a viagem entre África e Brasil e demais continentes onde fora admitido a escravidão.

Quando das atrocidades desencadeadas pelos europeus e britânicos em terras africanas, aqui no Brasil as terras eram tomadas pelos portugueses como fontes de exploração econômica (ouro, pau-brasil, cana-de-açúcar e etc.), e em nome do lucro e da avareza, os portugueses não só implantaram o sistema escravocrata, como imputaram aos nossos ancestrais africanos e africanas, uma das mais sangrentas formas de destruição da vida humana, uma vez que negros e negras eram sumariamente açoitados por não se submeterem à escravidão. Uma vez dentro dos navios, seus destinos estavam terrivelmente traçados a vir trabalharem gratuitamente para os “ricos” portugueses e mais tarde, para os brasileiros. Aqui viveram mais de dois séculos (aproximadamente 256 anos) em condições sub-humanas, sem alimentação digna, sem salário, sem lar, sem pátria e sem identidade. A princí-

pio, toda a riqueza econômica e, consequentemente, a riqueza cultural e arquitetônica desse país, repousa sobre o sangue e o suor derramados de um povo bravo e destemidos – os nossos ancestrais africanos.

Semelhante ao Brasil, do meio dos canaviais em outros continentes, os negros e negras se revelavam verdadeiros heróis e heroínas e em defesa da liberdade e da dignidade humana, lutaram até à morte. Dentre esses heróis e heroínas quatro deles nós negros e negras de todos os tempos e lugares não podemos ignorar jamais as suas memórias: Martin Luther King Jr. (EUA), Nelson Mandela (África do Sul), Zumbi dos Palmares (Brasil) e Abdias do Nascimento (Brasil). Seguindo os ensinamentos desses ilustres brasileiros que carregaram em suas identidades a esperança de tantos negros e negras, o Partido Socialista Brasileiro-PSB, quando do 7º Congresso Nacional, registrado no Art. 271, entendendo a importância de uma partido de fato socialista e brasileiro, acenou para uma renovação interna, criando assim, o segmento da Negritude Socialista Brasileira-NSB.

De Luther King, cito: “A injustiça em algum lugar é uma ameaça à justiça em todos os lugares”. Razão pela qual esse guerreiro americano lutou bravamente pelo fim da segregação racial em seu país. Desse verdadeiro pastor da Igreja Batista, legamos a bravura, a determinação, o respeito ao diferente e a responsabilidade pelos seus atos. Luther King, jamais temeu ao seu adversário, jamais o desrespeitou, soube no momento certo colocar em cheque a Lei oficial, porém, injusta daquele país. O pastor entendia que uma lei é injusta quando essa está em desarmonia com a lei moral e, por isso, não podia ser respeitada. Luther King, afirmava que a lei injusta é um código que um grupo numericamente majoritário ou detentor de algum poder impõe sobre um grupo minoritário ou menos poderoso. Isso é a legalização da diferença afirmava. Acrescen-

tava: a lei justa é um código que a maioria impõe sobre a minoria e o qual se dispõe a acatar. Isso é a legalização da igualdade. Os valores e os exemplos desses três heróis defensores do fim de todo e qualquer tipo de escravidão ou de segregação racial, transcendeu as fronteiras de seus respectivos países e chegou aos povos da América latina, oportunizando-os a tomar consciência de nossa real história e levantar o olhar e enxergar novos horizontes e dias promissores.

A história real e vivida pelo povo negro nos diversos continentes, tem sido a história da negação de direitos morais, sociais, políticos e religiosos. Razão pela qual em 2004, em Cayambe-Ecuador, realizou-se o 1º Encontro Continental de Teologias y Filosofias Afro, Indígena y Cristiana, cujo objetivo era discutir o processo de negação histórica que resultou na marginalização do povo negro no Brasil e nos países latino americanos. É fato que os negros e negras latino-americanos estão se organizando e têm-se intensificado diversas ações em prol da causa negra, ainda que tímidas, mas nos permite afirmar que há uma nova mentalidade surgindo nesse sentido.

Recentemente, foram produzidos vários documentários tratando da realidade do povo negro na América latina, intitulado: “A América também têm Cor”. Nesses documentários percebe-se que em nenhum dos países da América Latina, o povo negro vive em condições de igualdade com os brancos. Por essa razão, são discutidos e debatidos nos respectivos documentários problemas de diversas ordens, quais sejam: dificuldades de ingresso e permanência na escola, violência urbana, dificuldades de acesso ao trabalho, ingresso em universidades entre outros. Diante desse contexto, os grupos organizados avançam e a cada ano vencem obstáculos, participando, propondo e discutindo a realidade dos povos afrodescendentes. A consciência e o enfrentamento político organizado é nesse caso, o viés de ação e

participação para alcançar os resultados almejados pelos povos afrodescendentes. Isso implica em afirmar que mesmo atravessando uma madrugada escura, o povo negro na América Latina, e em específico, no Brasil, tem consciência de que uma iluminada manhã está chegando e então, vislumbrar-se-á um novo dia e uma nova realidade.

No Brasil, a realidade do povo afrodescendente não é diferente da realidade dos demais países da América Latina, embora haja aqueles que por má fé, ingenuidade e ou pobreza de espírito humanamente falando, tende a disseminar a “pseudoverdade” de que entrê nós brasileiros não existe discriminação etnicorracial. Lamentavelmente veiculam essas falsas afirmações em revistas de alcance nacional. A exemplo cito uma matéria publicada pela revista Época de 04 de abril de 2009, cujo título era: **“Cotas para quê?”**. Na referida matéria, o geógrafo Demétrio afirma não haver racismo na sociedade brasileira. Esses pensadores sociais infelizmente prestam um desserviço à sociedade quando se trata de discutir a questão do povo negro nesse país. Segundo estatísticas do Instituto Brasileiro Geográfico e Estatístico (IBGE), cerca de 73% da população brasileira afirmou ser negra ou parda. Esse dado nos dá respaldo e fundamentos para não só exigir os direitos básicos ao ser humano, mas exigir que leis, ações afirmativas e políticas públicas sejam aplicadas e respeitadas pelo poder público e privado nesse país. Como são os casos das leis 10.639/2003 e o Estatuto da Promoção da Igualdade Racial de 2010.

Diante de tal contexto, nós negros e negras da NSB, chamamos a atenção de absolutamente todos os empoderados/as do Partido Socialista Brasileiro – PSB (parlamentares, vereadores/as, governos de Estado e etc.) para a necessidade de defender, incentivar o debate, mas, sobretudo, repensar a concepção de “Reforma Urbana”, pois, o que denominamos de reforma urbana,

corre-se o risco de perpetuar uma das possíveis “patologias sociais” que atinge a maior parte da população negra, a saber - a discriminação ambiental. Geralmente, a população com baixos níveis de conhecimento formal e econômico, têm como habitat os “bairros pobres” ou as “favelas”. Nesses setores, há a carência de saneamento básico, de uma estrutura hospitalar adequada, escolas com logísticas adaptadas às exigências do ensino-aprendizagem, segurança pública qualificada, transporte público de qualidade. Seguindo esse raciocínio, afirma Zygmunt Bauman que as cidades que vivem nessas condições, “a intenção desses espaços vetados é claramente dividir, segregar, excluir, e não de criar pontes, convivências agradáveis e locais de encontro, facilitar as comunicações e reunir os habitantes da cidade” (p.42). Consequentemente, a população que vive num meio ambiente com essas descrições, tendem à desqualificação para o mercado de trabalho, gerando assim o desemprego ou a exclusão do trabalho e sobre esse tema, afirma Zygmunt: “A exclusão do trabalho é vivida mais como uma condição de “superfluidade” que como a condição de alguém que está “des-empregado” (termo que implica um desvio da regra, um inconveniente temporário que se pode – e se poderá – remediar); equivalente a ser recusado/a, marcado/a como supérfluo, inútil, inábil para o trabalho e condenado a permanecer “economicamente” inativo/a”. (p.23). Nessas circunstâncias vivem no Brasil, milhares de negros e negras e que, certamente tende a serem as vítimas da violência urbana, pois o processo de favelização é de certa forma alimentada pelo poder público, uma vez que os investimentos públicos são na maioria das vezes desviados para outros setores da sociedade. Por outro lado, as famílias oriundas das favelas, são intencionalmente educadas para assimilarem a ideia de que a estrutura social, a estética urbana, a distribuição igualitária das políticas públicas e a vida digna em sociedade, é um direito de poucos. Fato

é que se um povo recebe do poder público um estudo precário, certamente não terá condições de se posicionarem, de reivindicarem politicamente seus direitos e, semelhante comportamento culmina em ações violentas de cunho pessoal (justiça pelas próprias mãos). Nas regiões discriminadas e denominadas de “favelas ou bairros pobres”, reside em maior número a população negra e são as vítimas diretas da ação criminosa de muitos policiais e de outros jovens brancos. É visível a pobreza estética do ponto de vista arquitetônico e urbanística da localidade onde se é destinada aos pobres. As cores das casas não expressam vida e, talvez, falta-lhe um projeto de jardinagem decente, suas casas, geralmente são construídas com material de qualidade duvidosa, os projetos das plantas das casas, nem sempre são adequados às condições de vida dos moradores e etc. São itens importantes e não podem ser ignorados pelo poder público, pois a casa é identidade do indivíduo, é um direito natural. Todo indivíduo vem ao mundo e com ele vem o direito de ter um teto para se abrigar... Talvez por essa razão, toda criança e adultos quando lhes pede um desenho espontâneo, a casa é sempre lembrada como primordial.

Estamos convencidos de que um partido político que na sua estrutura não pensa nos seus concidadãos e concidadãs, um partido político não pode ser, mas uma associação com finalidades personalizadas. Um partido político descente, que prima pela prática ética, vai categoricamente defender o seu povo no sentido amplo do termo, conscientemente luta e envida esforços conjuntos para ver a política livre da corrupção e da enganação. Em fim, um partido verdadeiramente político quer pelas suas ações gerar resultados em benefício desse povo.

Seguindo esse raciocínio, mantem-se atual e pertinente à pergunta: a quem interessa a tentativa de impossibilitar as políticas afirmativas e reparatórias em relação ao

povo negro brasileiro? Quais serão os grupos que continuarão beneficiados diretamente com esta malfadada ação? Por outro lado, sabemos que a ideia de “libertação dos escravos” foi sem dúvidas uma prática insana do ponto de vista político, social e étnico. Vários fatos por si só explicam o porquê que a ideia de “libertação da escravidão” foi insana. Primeiro todos os povos negros presentes em terras brasileiras, vieram à força e, aqui submetidos ao trabalho escravo, nesse caso, eram expatriados, de forma que não houve libertação, nem podia haver, pois, não nasceram e jamais foram escravos em sua pátria. Segundo, depois de 356 anos de trabalho escravo, a partir de 13 de maio de 1888, negros e negros no Brasil não eram mais obrigados a trabalharem sob o regime de escravidão. Em conformidade com o novo sistema econômico implantado no país, deveriam ser indenizados financeiramente, mas não foram. Nesse caso, com a tal “lei áurea” os sem pátria, sem lar, sem terra, sem indenização, sem comida, sem família, foram terrivelmente forçado à miséria social e, dada a nova realidade político-econômica, submetidos e submetidas ao subemprego para poder sobreviver. A usura, o desejo insano de alguns homens pelo poder político e econômico, tornou a nossa pátria, uma nação que atualmente esconde em baixo dos tapetes dos palácios uma das mais cruéis discriminações aos povos negros, tamanha é a sua sutileza e dissimulação que só as mentes mais acuradas as percebem.

Reafirmamos o nosso compromisso em estabelecer o diálogo de forma articulada com Direção Nacional, Estadual e Municipal do PSB, demonstrando à sociedade os reais avanços já alcançados por meio de ações e programas de governo. Além disso, nos dedicaremos em tempo integral ao trabalho de contribuir por meio de políticas públicas que garantam as conquistas alcançadas e abram caminho para os passos

seguintes.

Diante do exposto e indubitavelmente:

1 – A Secretaria Nacional da Negritude Socialista (NSB) com essa denominação legalmente constituída reafirma o compromisso assumido no III Congresso Nacional do Movimento Negro do PSB – 2008, e reiterado no I Encontro Nacional da Negritude Socialista Brasileira do PSB em 2010, quando em Olinda-PE, assumiu o compromisso de articular com a base aliada do governo federal, promover e apoiar campanhas de candidaturas negras em todo país.

2 – Defendemos que a Direção Nacional do PSB, conscientize os parlamentares socialistas, da importância da prática da defesa dos programas dos segmentos sociais do partido;

3 – Que a direção nacional do PSB, envie esforços para colocar e defender na prática as exigências contidas no Plano Nacional da Negritude Socialista, quando do I Encontro da Negritude Socialista em Pernambuco.

4 – Comprometimento dos parlamentares do PSB com as causas defendidas pelos segmentos sociais que compõem a estrutura do partido;

5 – Que a direção nacional do PSB cobre e envie esforços para eliminar mediante leis e projetos o racismo na sociedade brasileira;

6 – Defendemos igualmente a manutenção da função da secretária nacional, do secretário geral e resgatando a função do primeiro secretário da NSB e a criação da função do secretário executivo. No ensejo, propomos a supressão da função do coordenador nacional da NSB. Abaixo destas, mantem-se todas as demais funções;

7 – Defendemos a criação de uma comissão mínima de 03 (três) pessoas do diretório nacional da NSB, cujo objetivo é acompanhar e cobrar ações que dizem respeito às políticas públicas, ações afirmativas e fomento à cultura negra, religiões de matri-

zes africanas e quilombolas.

8 – Defendemos a Participação de 03 (três) membros do diretório da NSB, na condição de personalidades, na composição do futuro Diretório Nacional do PSB, como reconhecimento ao longo de mais de 10 (dez) anos envidado surpreendentes esforços para a criação do segmento no partido;

9 – Defendemos Cotas Eleitorais para o afro descendente, considerando-se o percentual de 30%, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE, onde 73% dos brasileiros declararam-se negros ou pardos.

10 – Defendemos a participação de membros dos segmentos organizados no partido em seus órgãos direcionais, em conformidade com a lei, nas Seccionais da Fundação João Mangabeira, conforme preceitua a legislação pertinente, aos Estados; e, por fim;

11 – Defendemos o estabelecimento de uma Resolução Interna, quando da próxima reunião Executiva Nacional, que determine um repasse no percentual de 5 %, relativo ao fundo partidário, como forma de viabilizar os trabalhos da NSB, a ser praticado e administrado pelas instâncias nacionais do segmento e do partido;

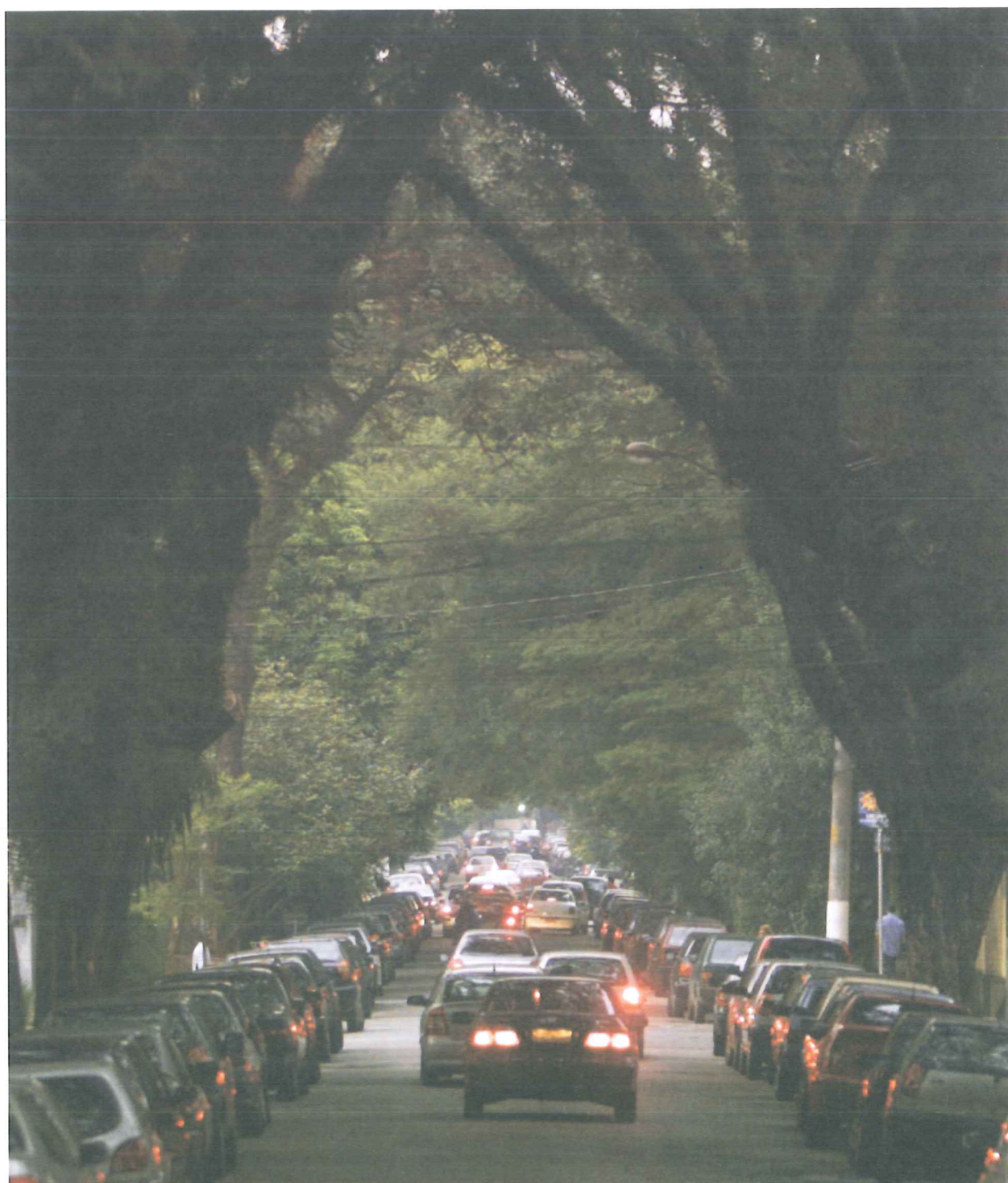
12 – Defendemos e exigimos via projetos-leis dos parlamentares do PSB, a prática da lei 10.639/2003, a qual torna obrigatória o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africanas no currículo oficial da Educação Básica, bem como no Ensino Médio. Objetivando e proporcionando ao povo negro a produção de conhecimento e o acesso ao saber filosófico e pedagógico afrodescendente.

Em suma temos que propor uma nova educação ao povo brasileiro, a qual deve fundamentar-se no respeito e no reconhecimento ao diferente. Do contrário, corre-se o risco de não vermos novos tempos, confor-

me almejava o já citado no texto Abdias Nascimento. Esperemos todos e todas que as escuras nuvens do preconceito etnicorracial passem logo e que a densa névoa da incompreensão se dissipe de nossas comuni-

dades encharcadas de medo, e que num amanhã não muito distante as estrelas radiantes do amor e da fraternidade, do socialismo e da liberdade brilhem sobre nossa grande nação com toda sua beleza.

Goiânia, Outubro de 2011.



MULHERES NOS ESPAÇOS DE PODER E DECISÃO

Dora Pires

Secretária Nacional de Mulheres

O quadro de 513 parlamentares na Câmara Federal e dentre esses apenas 46 serem representantes mulheres é preciso ser mudado o mais breve possível. Essa é uma das propostas da Secretaria Nacional de Mulheres do Partido, além do cumprimento da reserva da cota mínima de 30% para as mulheres nos espaços de poder - prevista em Lei - nos órgãos de decisões internas do PSB.

O século XX confirmou uma grande lição: tudo que é construção social pode ser desconstruído. Porém, ensinou, também, que leva tempo desconstruir uma história de dominação e, mais ainda, colocar, em seu lugar, um mundo de justiça. Contudo, as lutas e manifestações sociais contra a dominação acompanharam esses tempos de desigualdades, e, também, compuseram um traçado, no qual podemos reconhecer, inclusive, marcas profundas de uma compreensão que indica, como fontes de desequilíbrio social, a permanência dos comportamentos masculino, de dominação, e feminino, de submissão.

O caminho que tem sido trilhado, nos últimos 25 anos, para desfazer tais comportamentos consiste em desenvolver mecanismos capazes de promover a inserção das mulheres no plano em que são tomadas as decisões, garantindo-lhes autonomia para formular e executar po-

líticas públicas que promovam a cidadania e o desenvolvimento intelectual e técnico do conjunto da população feminina, bem como o seu acesso aos postos de trabalho e geração de renda, em pé de igualdade com os homens.

Esse caminho envolve, por via de consequência, o fortalecimento de uma visão masculina diferenciada da perspectiva patriarcal de condução do processo civilizatório.

Dessa forma, comprometer os homens com uma postura democrática de inclusão das mulheres nos processos de decisão, paralelamente ao processo de incentivar as mulheres a adotarem uma postura de protagonizar processos de transformação das relações de gênero é a maior contribuição para a consolidação de um pensamento socialista e democrático, capaz de liderar o movimento político de crescimento da liberdade e promoção da democracia. Assim:

Considerando que o Partido não tem reservado espaços de poder para as mulheres,

em todos os níveis (municipal, estadual e Nacional) de sua estrutura interna, pois a maioria de seu quadro é composto por homens, propomos que: a Lei 9.100/95 que garante a inserção de um percentual mínimo de 30% de mulheres nos partidos políticos, também seja válida e cumprida para os órgãos de decisão internos do Partido, em todos os níveis das Comissões Provisórias, das Comissões Executivas e dos Diretórios, e na representatividade das Delegadas em Congressos;

Considerando que as discussões e propostas, desenvolvidas durante a Assembleia Constituinte de 1986, revelaram avanços significativos na formulação de direitos para as mulheres, cujo maior testemunho foi o fato do texto Constitucional de 1988 ter legitimado, com todas as letras, a igualdade entre homens e mulheres:

Considerando que o processo de transformações – promovido no universo e pelo universo feminino – e o vigoroso engajamento das mulheres nas lutas sociais, os anos de 1990 se abriram à preparação do grande debate sobre a efetivação da presença feminina na democracia representativa;

Considerando que as mulheres conquistaram, na década 2000, espaços no aparelho do Estado para execução e articulação de políticas públicas para a promoção da igualdade de gênero;

Considerando que as disponibilidades orçamentárias reservadas para a execução de políticas públicas que venham fazer justiça de gênero, revertendo o conjunto de desvantagens que as mulheres vivenciam em comparação com os setores masculinos da população;

Considerando os dados do IBGE 2010, que apontam para o fato de 82% das mulheres que têm trabalho remunerado enfrentam dupla jornada;

Considerando que as mulheres, exercendo o mesmo tipo de atividade e a essas

dedicando mesmo número de horas, têm salários 33% inferiores em relação aos salários dos homens;

Considerando que o país enfrenta um déficit de 30% de creches públicas;

Considerando que as mulheres conquistaram um maior nível de escolaridade e mais anos de estudo;

Considerando que a participação das mulheres, em torno de 12%, em todos os cargos eletivos do país, é apenas simbólica em termo de influir nas decisões;

Considerando que é necessário fortalecer a percepção sobre a necessidade de as mulheres ocuparem espaços públicos de poder, como condição *sine qua non* para ampliar e dar sustentabilidade à democracia;

Considerando que as Leis 9.100/95 e 9.504/97 determinam a reserva de uma cota mínima de 30% e máxima de 70% para cada sexo nas eleições proporcionais, além da obrigatoriedade da cota de 5% da aplicação do Recurso do Fundo Partidário para promoção de políticas para as mulheres, e da destinação de 10% do tempo fixado da propaganda partidária para promover e difundir a participação política feminina;

Considerando que as mulheres têm mantido a sua liderança nos novos movimentos sociais;

Considerando que as mulheres têm ampliado a sua presença nos sindicatos e movimentos pela terra, e conquistado mecanismos no aparelho estatal;

Considerando que as mulheres têm respondido às discussões sobre o fim da violência e das desigualdades de salários, com a formulação e aprovação de novas leis;

Considerando que a população brasileira deu demonstração de sua possibilidade de livrar-se das discriminações e preconceitos de gênero quando elegeu uma mulher, divorciada e ex-guerrilheira, para presidência da República;

Considerando que esse fato, por si só, promove uma mudança de costume no imaginário nacional;

Considerando que o caráter excludente do sistema político brasileiro resiste à consolidação de ações afirmativas que venham a garantir e acelerar a presença das mulheres nos cargos eletivos, com capacidade numérica de influenciar nas decisões;

Considerando que (segundo o Fórum Econômico Mundial) as mulheres representam quase a metade da população economicamente ativa do país e são maioria cursando universidade;

Considerando que requisitos que fazem parte do caminho para o ingresso de uma disputa mais efetiva na busca da igualdade de gênero;

Considerando que um partido político que prega a transformação da sociedade, com base na eliminação das desigualdades, está comprometido com uma política interna e externa de apoio a qualificação e empoderamento das mulheres;

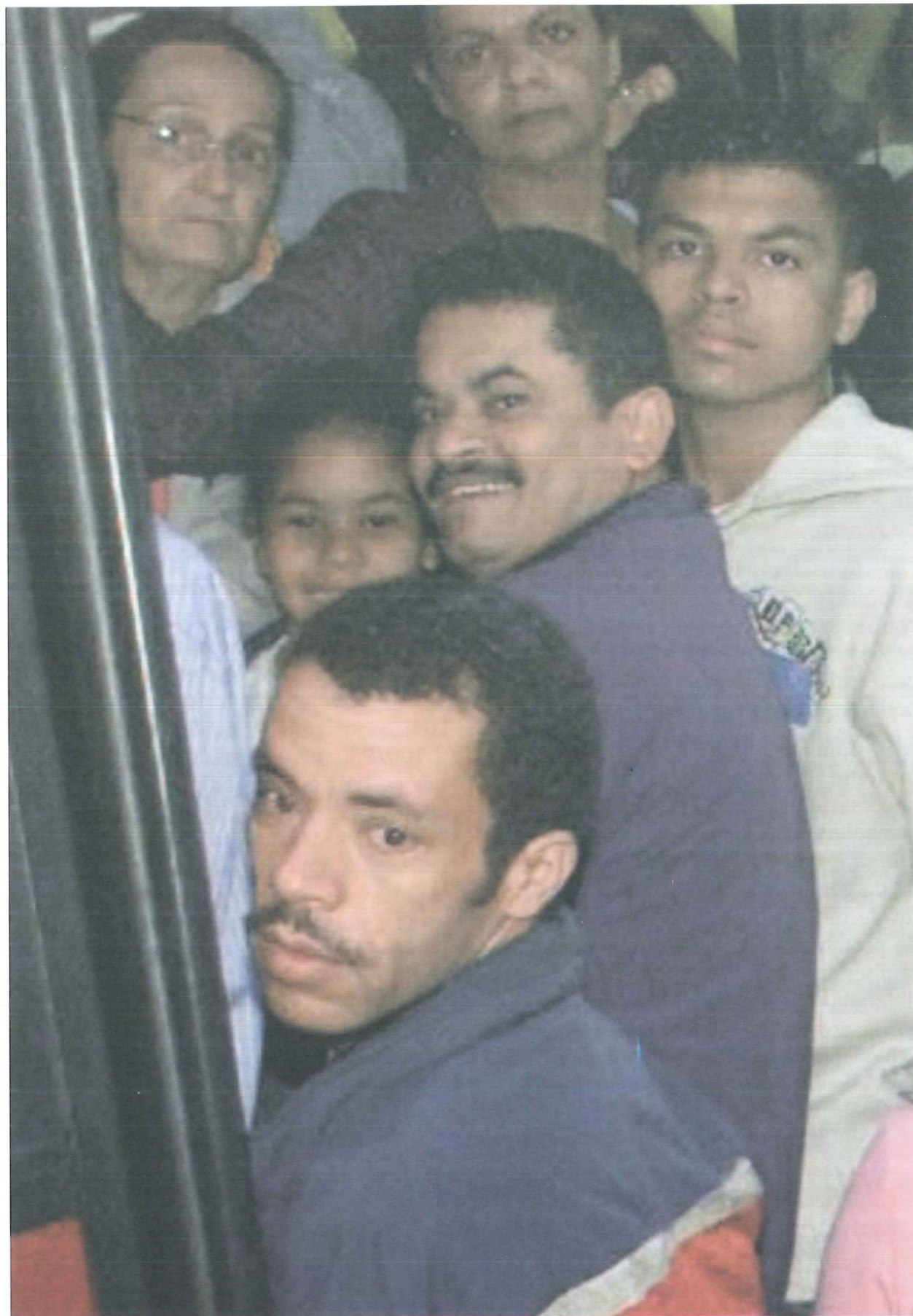
Com base no que foi exposto anteriormente, levanta-se a tese de que se faz necessário ao Partido Socialista Brasileiro estabelecer critérios de prioridades para se atingir o objetivo democrático da igualdade de gênero, enfrentando o grande desafio de reestruturar, a partir da motivação de promover a igualdade entre homens e mulheres, o número de candidatos e candidatas que o partido vai indicar para concorrer aos cargos eletivos, assim como que vão ocupar os cargos de segundo, terceiro e

demais escalões no governo, por exemplo.

É imprescindível, da mesma forma, que os modelos de movimentos feministas partidários sejam intensificados, no interior do partido, com o foco na formação política de mulheres e dos homens para as questões sociais, culturais e econômicas.

Temos que reconhecer, ainda, que no PSB, pouco se tem investido no apoio aos segmentos tematicamente organizados, quando da disputa eleitoral, e que são esses segmentos que constituem as novas bases sociais e, que, portanto, quando fortalecidas serão a mola propulsora na difusão de práticas que culminem com a cultura da igualdade de gênero.

Finalmente, acreditamos que um caminho indispensável ao equilíbrio social é a correção das situações de desigualdade aqui expostas. Portanto, advogamos a causa de introduzir incentivos para a igualdade de mulheres nos espaços de poder interno do PSB. Propomos que seja votado no XII Congresso Nacional do Partido Socialista Brasileiro a exigência do cumprimento da Lei 9.100/95 para os órgãos de decisão internos do Partido, em todos os níveis (municipal, estadual e nacional) das Comissões Provisórias, das Comissões Executivas e dos Diretórios, e na representatividade das Delegadas em Congressos. Reconhecemos que essas mulheres construíram sua força no seio dos movimentos sociais e de suas comunidades, garantindo que suas propostas causem impacto na sociedade, promovendo novos valores, novas esperanças e novas condições de vida para homens e mulheres.



MOBILIDADE URBANA E TRANSPORTE PÚBLICO

Movimento Popular Socialista

Esta tese teve a contribuição dos Estados: *Alagoas, Amapá, Maranhão, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.*

Maria de Jesus Matos.

Coordenação Nacional do MPS

Berenita Maria dos Santos Melo

Secretaria Estadual do MPS/AL

Vereador Washington

Coordenação Estadual do MPS/AP

Acilino Ribeiro

Secretario Distrital do MPS/ DF

Daniel Lindoso

Coordenação Norte do MPS/ MA

Edson Alves Leite

Coordenação Nacional do MPS/ PE

Luiz Carlos Serafim

Secretario Estadual do MPS/ RJ

Antonio Carlos Damasceno Lima

Nestor Maltha Soares

Movimento Popular/ RS

AGRADECIMENTOS

Nós que fazemos MPS - Movimento Popular Socialista, agradecemos a todos e a todas que contribuíram ao longo dos anos para a existência e crescimento deste segmento dentro do Partido Socialista Brasileiro. Em especial as pessoas que fizeram a história na Primeira Plenária em 2001 e todos (as) que estarão presente no III Congresso do MPS, momento em que o PSB reconhece e faz acontecer este grande momento político para a militância do MPS.

“A liberdade, que é uma conquista, e não uma doação exige permanente busca. Busca permanente que só existe no ato responsável de quem a faz. Ninguém tem liberdade para ser livre: pelo contrario, luta por ela precisamente porque não a tem. Ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho, as pessoas se libertam em comunhão”.

Paulo Freire

ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO POPULAR SOCIALISTA

Antes de abordarmos o tema MOBILIDADE URBANA E TRANSPORTE PÚBLICO, é importante o resgate de aspectos históricos do Movimento Político Comunitário Nacional. Desde o início do século XX, a conjuntura nacional tem influenciado a organização de Movimentos Sociais e possibilitado o aparecimento de várias entidades e organizações. O período favorável aos socialistas foi a primeira metade daquele século com um crescimento do pensamento socialista e das ações de greves de trabalhadores nas indústrias. O setor rural foi organizado melhor a partir das Ligas Camponesas e a sua principal referência foi Francisco Julião, que voltou de Cuba nos anos 60 empolgado com o regime e disposto a adotar nas ligas os ideais assimilados na pequena ilha socialista do Caribe.

O intervalo entre 1930 e 1980 revelou uma mudança estrutural e política no Bra-

sil que fez muita gente repensar a atuação dos Movimentos Sociais, o qual passou a sofrer influência direta da ditadura militar instaurada a partir de 1964, sobretudo os sindicatos. O país, nesse período, deixou de ser 70% agrário e rural, passando a eminentemente industrial e urbano através de um processo de industrialização acelerado e êxodo rural que expulsou as populações do norte e nordeste de sua terra natal para cidades dormitórios de Rio de Janeiro e São Paulo.

Essa mudança estrutural no país causou também uma mudança na atuação dos líderes sindicais e a ditadura foi derrotada em fins da década de 70 e durante os anos 80, após uma construção de unidade entre os setores da sociedade. Intelectuais, artistas, religiosos, operários, estudantes construíram seu patrimônio político de luta: a unidade em torno da derrubada da Ditadura e a criação de um pensamento de Democracia. Em 82 nasceu a Confederação Nacional das Associações de Moradores (CONAM) e a unidade dos Estados no movimen-

to comunitário se tornou possível. O grande debate que se mantinha no interior das entidades era o de Reforma ou Revolução, ainda que todos tivessem como consenso a restauração da Democracia – sem ficar claro o modelo de Democracia: representativa (burguesa) ou participativa (popular).

No esteio da afirmação dos movimentos sociais no Brasil, o Movimento Popular Socialista (MPS) se constrói ao longo dos Congressos Nacionais do PSB e investe na sua representatividade nas entidades construída pelo movimento comunitário, lutando para garantir essa expressão política na Executiva e no Diretório Nacional do PSB, para fortalecer a concepção da luta com o povo e a compreensão de esquerda no partido pelo viés da democracia representativa, no entanto buscando a democracia participativa.

No VIII Congresso Nacional do PSB, em 2001, realizou-se a primeira Plenária do MPS, onde o primeiro coordenador indicado foi do Estado de São Paulo. Em 2003, no IX Congresso nacional do PSB, foi criada a Comissão Provisória Nacional para organizar a concepção dos Movimentos Populares nos Estados. E no ano de 2005 realiza-se legitimamente o I Congresso Nacional dos Movimentos Populares Socialistas, que foi dirigido pelo Estado do Rio Grande do Sul. Por conta da concepção da direção nacional daquela época, esse congresso não foi reconhecido pela Executiva do partido, e em 2007 não pudemos opinar na criação do Regimento Interno dos Órgãos de Representação do PSB, deixando de fora qualquer contribuição do Movimento Popular Socialista. **Aliás, não concordamos com as regras impostas pelos demais segmentos ao MPS e propomos a reforma desse Regimento, pela especificidade de cada segmento.**

Mas ainda que excluídos da construção do **Regimento dos Órgãos de Representação do PSB**, a militância do MPS convocou a Plenária Nacional dos Movimentos Populares Socialistas e legiti-

mente fizemos o II Congresso do MPS, onde foi eleita a primeira mulher dirigente do Estado de Alagoas.

Dessa forma resumida apresentamos para os dirigentes do PSB, com a nossa história de luta, para que a expressão popular seja assumida, contribuindo para as formulações de um projeto político para 2012 com foco no tema: “MOBILIDADE URBANA E TRANSPORTE PÚBLICO”.

MOBILIDADE URBANA E TRANSPORTE PÚBLICO

“Desde 2004, como instrumento de divulgação da Política Nacional de Mobilidade Urbana, o Ministério das Cidades promove a Jornada Brasileira “Na cidade sem meu carro” que se insere no contexto do movimento internacional, “Dia Mundial Sem Carro”, em defesa do meio ambiente e da qualidade de vida nas cidades”. (Fonte: <http://www.cidades.gov.br/diasemcarro2011>)

As questões da pós-modernidade ainda são insipientes e tímidas no cotidiano dos movimentos populares. Porém, o engajamento do PSB na luta pela Reforma Urbana determina que a militância trate desse tema com seriedade e com respeito às tradições da luta pela preservação do meio ambiente, pelo direito à cidade e pela autodeterminação dos povos, compreendendo essas bandeiras como luta de todos os atores sociais que realmente entendem sua importância e sua dimensão humanitária.

SUGERIMOS PARA O PROJETO POLITICO DO PSB

1. MOBILIDADE SUSTENTÁVEL

- Investimento em transporte público utilizando energia limpa;
- Políticas de restrição de uso do transporte individual em áreas já poluídas;
- Aumento da qualidade do transporte público;
- Implantação de sistemas de controle de tráfego e de velocidade;

- Adequação de veículos de carga, vias e pontos de parada;
- Conforto urbano: calçadas adequadas, ciclovias, segurança em travessias e arborização de vias;
- Estimular e ampliar a política de ciclovias nos municípios, meio de trabalho, lazer e locais para estacionamento de bicicletas;
- Regulamentação municipal ao serviço de moto taxi.

2. POLITICA NACIONAL DO TRANSPORTE PÚBLICO

2.1 Instituir uma política de transporte público de massa.

- Metrô e VLT por ser uma tendência mundial e transporte rápido;
- Fazer uma política de transversalidade entre o metrô e os transportes de passeio, construindo estacionamento próximo as estações de metrô;
- Na Região Norte: Integração de localidades utilizando o transporte público fluviais, ex: catamarã.
- Mais investimentos para o transporte público fluvial.

2.2. Subsidio e redução de IPI, como incentivo para o baixo custo de preço das passagens.

3. CONTROLE SOCIAL DE POLITICAS PÚBLICAS DO TRANSPORTE PÚBLICO.

- Incentivar a criação dos conselhos onde através de câmaras temáticas possam realizar estudos ou diagnósticos sobre temas de Habitação e Mobilidade Urbana.

- Estimular, incentivar e apoiar a participação nas conferências das cidades (municipal estadual e federal);
- Instituir nos municípios, estados e união a agência reguladora dos transportes públicos.

4. POLITICA DE EDUCAÇÃO.

- Priorizar e promover através de campanhas públicas sobre o trânsito seguro;
- Incentivar nas escolas, associações e conselhos, a políticas de prevenção e preservação sobre Educação no Trânsito;
- Criação de Fóruns com objetivos de discutir a políticas de educação no trânsito seguro.

CONCLUSÃO

Desta forma concluímos por uma proposta de ampliação da participação popular, priorizando também, sem prejuízo de outras metas, em outras áreas: a política de formação e educação popular, através de cursos, seminários fóruns e ciclo de palestras objetivando a construção de uma militância ideologicamente comprometida. E entendemos que FJM – Fundação João Mangabeira é o instrumento para o desenvolvimento dessa própria política que buscamos e construiremos um partido de massa dentro desta estratégia.

BIBLIOGRAFIA

Documento produzido pela Fundação João Mangabeira – FJM

- Questão Urbana



VII CONSIND – NACIONAL

Ousar Lutar...
Ousar vencer...

Joilson Cardoso
Secretário do VII CONSIND

Vicente Selistre
Presidente do VII CONSIND

I - CONJUNTURA

1.1 – Cenário Internacional

AMERICA LATINA

1 – A América Latina atravessa um rico e promissor momento de transição política, marcado pela ascensão de forças progressistas e antiimperialistas aos governos de muitos países, crescente enfrentamento ao imperialismo dos EUA, fortalecimento da democracia e reiteradas derrotas eleitorais da direita neoliberal. Vivemos, em consequência, uma conjuntura favorável à luta da classe trabalhadora, do movimento sindical e dos povos pela soberania e por transformações sociais. É um ambiente bem distinto do clima hostil que prevaleceu durante os anos 90 do século passado, em que, a hegemonia ideológica e a política do neoliberalismo atingiram o auge, na sequência da derrota do socialismo na União Soviética e leste europeu, estrangendo a esquerda e o sindicalismo à defensiva.

O IMPEIRALISMO CAPITALISTA

2 – De certa forma, o cenário político atual pode ser considerado uma antítese do anterior. O projeto de re-colonização representado pela Alca, lançado com pompas na Cúpula das Américas que foi realizada em 1994 na cidade de Miami reunindo chefes de Estado de 34 países do continente (com exceção de Cuba), foi barrado. O império não pode impor seu projeto a todo o continente e teve de mudar a tática, promovendo os Tratados de Livre Comércio (TLCs). Em contrapartida, os países que rechaçaram a Alca apostaram na ampliação e fortalecimento do Mercosul e propuseram a criação da União de Nações Sul-Americanas (Unasur). O fato mais relevante em termos de integração é a emergência da Alternativa Bolivariana para os Povos da Nossa América (Alba) e do Tratado de Comércio dos Povos (TCP), sementes de novas formas de relações entre os governos e os povos, baseadas na solidariedade, na cooperação e na complementariedade. Respira-se mais liberdade, os movimentos sociais conquistaram maior espaço e relevância na luta política. Excetuando, na América do Sul, a Colômbia e o

Peru, presididos por governos títeres a serviço do imperialismo estadunidense.

3 – Contudo, é preciso considerar o fato de que o processo de mudanças em curso é incerto, além de desigual. A direita não sofreu uma derrota definitiva. O imperialismo não morreu, apesar dos revezes políticos (e militares, no caso do Iraque e Afeganistão), da decomposição do padrão dólar, das crises e da franca decadência da economia norte-americana, até hoje atolada na crise iniciada em 2008.

A CRISE CAPITALISTA

4 – Acontecimentos recentes mostram o aprofundamento da crise do capitalismo, que já fez seu estrago nos EUA e agora avança para a Europa, derrubando governos, independentemente da matriz ideológica, o que as populações almejam é a solução dos problemas que envolvem a recessão e a falta de esperança que se abateu sobre esses países. A conta começa a ser debitada à classe trabalhadora, com reduções de salários e direitos conquistados.

O PENSAMENTO ÚNICO

5 – Apesar deste cenário nebuloso, o neoliberalismo não foi abolido, monopoliza os meios de comunicação de massa e exerce forte influência sobre as políticas econômicas. Em certa medida, a filosofia que orientou a proposta da Alca continua sendo implementada, através dos TLCs (inclusive com a União Européia), das privatizações e liberalização do câmbio e dos fluxos de investimento, entre outras formas. A possibilidade de retrocesso não desapareceu. Ao perder espaço no terreno político, o imperialismo estadunidense manterá a estratégia de fomentando a corrida armamentista e provocações de todo tipo com

o objetivo de semear a guerra e multiplicar os conflitos entre os países.

6 – A guerra é um instrumento utilizado pelo império para solucionar ou atenuar suas crises econômicas. Está claro que os Estados Unidos estão buscando um pretexto na América para iniciá-la e assim barrar todos os progressos conquistados até o momento. Os trabalhadores devem estar atentos para reagir a qualquer intento de agressão aos nossos processos emancipatórios.

7 – Em tais circunstâncias, avulta a responsabilidade do movimento sindical. Impõe-se o desafio e o dever de ampliar a mobilização e conscientização das massas trabalhadoras para lutar, ao lado de outras forças progressistas, por dois objetivos interligados: derrotar a reação neoliberal e impulsionar ações transformadoras. Concentrando sua energia nesta direção o movimento sindical poderá superar suas dificuldades, recuperar força, ampliar sua capacidade de mobilização e contribuir de forma decisiva para a afirmação concreta da unidade da classe trabalhadora e a elevação do protagonismo da classe trabalhadora no destino político das nações latino-americanas.

8 – Seguir este caminho não é tão fácil quanto pode parecer à primeira vista, exigirá muita determinação e iniciativa, assim como consciência e espírito classista. O sindicalismo foi duramente golpeado pelo neoliberalismo e a chamada reestruturação produtiva em quase todo o mundo, debilitado pelo avanço do desemprego e a crescente informalidade e precarização das relações entre capital e trabalho, bem como pelo arrefecimento da perspectiva socialista após a queda do Muro de Berlin e o fim da União Soviética e, também, agora diante à crise monumental do capitalismo mundial, não podemos cruzar os braços na defesa do socialismo.

9 – A classe trabalhadora também se ressentida da ofensiva empreendida pelo capital, encontra-se mais fragmentada, dividida e vulnerável, ao assédio ideológico das empresas capitalistas, operado através de diversos meios, no mais das vezes, com o respaldo das lideranças que apregoam a colaboração e conciliação de classes.

10 – Os valores do capitalismo, associados ao individualismo e à concorrência, foram fortemente difundidos e criaram raízes, abalando o espírito de solidariedade classista e fomentando a divisão e o conformismo. Isto constitui uma séria dificuldade, ao mesmo tempo objetiva e subjetiva, que o movimento sindical terá de enfrentar e suplantará.

A MÍDIA CAPITALISTA

11 – A luta no plano ideológico, pela conquista dos corações e mentes da classe trabalhadora e elevação da consciência social, ganhou notória relevância. Cabe destacar o papel deplorável que a mídia capitalista vem cumprindo na guerra de idéias em defesa da ordem imperialista neoliberal ditada pelos EUA, distorcendo fatos, disseminando mentiras e promovendo um verdadeiro terrorismo midiático com o propósito mal disfarçado de difamar e desacreditar as forças progressistas e as idéias mudancistas, criando condições para criminalizá-las pelas causas que representam. A batalha contra o monopólio dos meios de comunicação capitalistas entrou para a ordem do dia e o movimento sindical não pode ficar alheio a esta luta.

12 – Os rumos que orientam os processos integracionistas na região, marcados pelas novas condições criadas pelos governos e forças que se opõem ao unilateralismo estadunidense, demandam uma maior compreensão ideológica e política da necessidade de contar cada vez mais com o fator social em todo esforço integrador.

UNIDADE SINDICAL E DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA A.L

13 – Neste sentido, a movimentação das organizações sindicais da região é um bom sinal. Reunião como “O Encontro Sindical Nossa América”, liderada pelo protagonismo da CTB – Brasil é exemplar, este ano realizado na Nicarágua. Trata-se de uma iniciativa política e sindical com o objetivo de elevar o nível da luta e de unidade dos movimentos de trabalhadores e trabalhadoras do continente, em especial da América Latina e do Caribe, por meio do debate no terreno das idéias, da cultura e da própria luta política e social. Elevar o protagonismo da classe trabalhadora na luta política em curso na América Latina deve ser no sentido de unificar não só o movimento sindical, mas vinculá-lo ao conjunto dos movimentos sociais, elaborando plataformas e agendas de mobilização e luta comuns no âmbito de cada país e em plano regional mais amplo.

14 – A construção de um espaço político, onde trabalhadores e trabalhadoras de todas as nações latino-americanas possam debater os temas relevantes da nossa época e viabilizar ações conjuntas contra a ordem neoliberal imperialista, em defesa dos interesses maiores dos povos que habitam a região.

15 – A defesa de um espaço comum para a ação e articulação, de maneira não excludente, com todos os atores sociais com interesses comuns aos da classe trabalhadora. A unidade de ação, o que pressupõe a construção de uma plataforma única visando a politização dos movimentos sociais para fazer frente aos atuais desafios que emergem atualmente na América Latina e impulsionar o movimento social, pela emancipação da classe trabalhadora e demais setores explorados e excluídos.

UNIDADE CONTRA O IMPERIALISMO

16 – A unidade se dará na luta em defesa dos interesses da classe trabalhadora contra o imperialismo e a globalização neoliberal, que deixou por saldo o desemprego em massa, depreciação dos salários, intensificação da discriminação e flexibilização, além da redução de direitos. Em resposta à globalização neoliberal, vamos abrir o caminho para a globalização das lutas, a integração e unidade da classe trabalhadora na América Latina para atuar com força e conferir um caráter social ainda mais progressista ao processo de integração dos países da região.

17 – A reação da direita neoliberal e do imperialismo às mudanças acirra a luta de classes em defesa dos interesses populares e da soberania nacional. Coloca na ordem do dia, a solidariedade ativa aos governos revolucionários e progressistas, alvos de uma feroz ofensiva liderada pelos EUA, com chantagens, provocações de toda ordem, mentiras difundidas pela mídia capitalista, objetivando a desestabilização.

CUBA, EQUADOR, BOLÍVIA, VENEZUELA, URUGUAI, BRASIL...

18 – Cumpre destacar a histórica resistência de Cuba, a ousadia da revolução bolivariana, a valente determinação do Equador e da Bolívia de enfrentar a contra-ofensiva da direita e persistir na orientação progressista. O Brasil com uma orientação democrática e progressista tem contribuído positivamente para alterar a correlação de forças na região. O sindicalismo latino-americano, em ampla aliança com os movimentos sociais e outras forças, não pode vacilar em defender as conquistas e os governos democráticos, progressistas e revolucionários diante das ameaças imperialistas.

19 – O neoliberalismo resultou num extraordinário retrocesso das relações

sociais, aumentando sobremaneira a taxa de exploração da força de trabalho, sobretudo dos setores mais discriminados: as mulheres, os negros, os imigrantes, os índios, os jovens. É preciso lutar para reverter este quadro, contra as privatizações, pela valorização dos salários e pelo resgate dos setores excluídos, combatendo a terceirização, a precariedade dos contratos de trabalho e a discriminação promotora da demissão imotivada, impedindo a flexibilização dos direitos, reduzindo a jornada de trabalho e ampliando as conquistas trabalhistas. Neste marco, impõe-se lutar para melhorar a destinação de recursos para investimentos em obras públicas, em gastos sociais, fazendo desta luta um instrumento contra a exclusão, a marginalização e a miséria.

20 – Estamos convencidos de que os rumos da história na América Latina, onde ganha nitidez o impasse entre a sombra da opressão imperialista, frente à luz de um futuro soberano e socialista que vão depender do protagonismo da classe trabalhadora nas grandes lutas políticas já em curso. O sindicalismo comprometido com o progresso social pode jogar um grande papel na definição do nosso destino comum, se for capaz de superar o economicismo e elevar o nível de suas mobilizações e batalhas ao plano político.

1.2 – Cenário Nacional

LULA E DILMA

1 – A vitória de Dilma, como sucessora de Lula, representa o apoio da população brasileira ao projeto de mudanças que vem ocorrendo nos últimos oito anos. Pela primeira vez na história do país, um presidente oriundo do povo mais sofrido do nordeste brasileiro, é eleito e re-eleito com o apoio do chamado “povão”, e consegue eleger como sucessora Dilma, uma mulher com uma bela biografia de esquerda. Na crise de

2005, indo aos mais humildes colheu o apoio de quem mais se identifica com o presidente. Daí, o recuo da tentativa golpista da direita que estava em curso e manifesta nas manchetes de jornais, revistas e, principalmente, nos discursos dos representantes das elites nas tribunas do Congresso Nacional Brasileiro, como se vê, hoje, estas mesmas elites atacam o governo Dilma, patrocinando a derrubada de ministros e o ataque ao PCdoB, merecendo o repúdio de todos nós.

ACERTOS E ERROS

POLÍTICA ECONÔMICA

2 – O governo LULA representou mais avanços que retrocessos: a política externa foi acertada; barramos a ALCA; avançamos na distribuição de renda; as centrais foram legalizadas; existe uma agenda positiva para a classe trabalhadora, liderada por setores progressistas do Congresso Nacional; a resolução 151 (já aprovada) e a 158 da OIT, Organização Internacional do Trabalho, que garante o direito de negociação no setor público e impede a demissão imotivada, respectivamente, como também, o fim do fator previdenciário e a redução da jornada de trabalho, sem redução de direitos, são exemplos do ambiente que estamos vivendo. Dilma assume, mantendo os aspectos positivo nas relações com os movimentos sociais, entretanto, a política econômica continua a mesma e precisa mudar, são inaceitáveis os atuais patamares dos juros ao consumidor e o superávit primário, agora aprofundado pelo “fundo soberano”, que aumentará o superávit de 3.8% para 4.3% do PIB, promovedor do contingenciamento do orçamento para setores essenciais, como saúde, educação, moradia e reforma agrária; não foram tomadas as medidas necessárias para estancar as privatizações, Dilma anuncia privatizações dos aeroportos, para citar alguns problemas do governo passado e deste. É inaceitável a mais-valia do capital sobre a exploração da produção e a evasão de divisas do país realizada pela especulação e o

sistema financeiro – os bancos arrecadaram em 2008 o equivalente a 45 bilhões em taxas absurdas, mais que o valor arrecadado pela extinta CPMF.

ALIANÇAS DO GOVERNO DILMA

3 – A vitória das esquerdas nas eleições passadas no Brasil teve o apoio da maioria da Classe Trabalhadora, que não deseja voltar ao retrocesso do passado; porém, o governo Dilma busca sustentar-se em uma aliança contraditória e perigosa, com os setores fisiológicos e da direita, tendo o PMDB à frente, em detrimento dos partidos de esquerda que, a cada dia, perdem espaços na disputa da política do governo, produzindo indefinições para o futuro.

PROJETO NACIONAL

4 – Falta um projeto nacional. Neste sentido, um projeto nacional que buscamos só será possível com o protagonismo da Classe Trabalhadora.

INCOMPREENSÃO DAS LIDERANÇAS

5 – Os movimentos sindicais e populares, juntos buscam força para mobilizar a população rumo a um projeto nacional, entretanto, boa parte das lideranças estão alheias a este desafio histórico. Os partidos também estão alheios e funcionam apenas para a reprodução do poder, através de uma disputa onde o capital é fator preponderante na conquista de mandatos, salvas raras exceções.

6 – É preciso unir os partidos de esquerda e progressistas, para buscarmos a construção de um projeto nacional. Realizarmos a reforma política que aprofunde os instrumentos da democracia participativa e aperfeiçoe a democracia representativa.

7 – Então, mais importante que tudo, é unir o povo em de um projeto de nação. Esta deve ser a principal estratégia do sindicalismo socialista.

AS CENTRAIS SINDICAIS

8 – Ao contrário, sem estratégias, vemos as Centrais pautadas, até aqui, pela agenda do Governo, e correndo contra as iniciativas do Congresso Nacional, sempre para piorar e reduzir direitos. Apesar disso, algumas iniciativas importantes, como a luta pelo salário mínimo, a campanha pela redução da jornada de trabalho, sem redução de salário, a 2ª CONCLAT, realizada em 2009, são louváveis, mas, não são suficientes, não visam um projeto maior.

9 – São claras as dificuldades das centrais de mobilizarem a população para um projeto que vá além dos interesses corporativos dos empregados, e que inclua a avassaladora maioria das trabalhadoras e trabalhadores que somam mais de 50% da mão de obra em atividade no setor informal, sem direitos trabalhistas, sem proteção social, sem sindicalização – apesar da diminuição do desemprego nos últimos anos, esta se dá em função da geração de empregos precários e com baixos salários, além da estúpida rotatividade e suas consequências.

O QUE ESTÁ NA ORDEM DO DIA

10 – O protagonismo da Classe Trabalhadora, a defesa do pleno emprego, melhoria da qualidade de vida, defesa dos serviços públicos, o desenvolvimento com distribuição de renda, defesa da soberania nacional, a defesa do Estado Democrático, contra o intervencionismo impatriótico, são questões que estão na ordem do dia e precisam de respostas, que só virão através da mobilização da população na defesa desse projeto.

11 – Também, a defesa de uma concepção sindical classista e democrática baseada nos princípios socialistas e da liberdade, é fundamental. Um sindicalismo que dialogue com as bases e convoque as

trabalhadoras e trabalhadores, para assumirem papéis de protagonistas no processo de mudanças que estamos por realizar em nosso País.

12 – Desta forma, o movimento para a efetivação da CTB, deve continuar sendo prioritário para a SSB.

13 – A proposta pela Criação da CTB foi fruto da análise do cenário político nacional e internacional, em especial, o ambiente do movimento sindical, realizada pelas lideranças sindicais socialistas e vários setores do sindicalismo brasileiro, estando esta proposta legitimada pela defesa da classe trabalhadora e o resgate das bandeiras do movimento sindical brasileiro, como também, a unidade que aponta para um projeto nacional com o protagonismo das trabalhadoras e trabalhadores. Enganam-se os que pensam que esse processo foi precipitado ou divisionista.

14 – Estivemos na CUT. Não nos arrendemos.

15 – Participamos de um processo histórico: combatemos a ditadura, lutamos pela anistia, pela campanha das diretas, pela democracia que lançou ao mais alto posto de comando da nação, um presidente vindo do chão da fábrica. Estes feitos falam por si, justificam a nossa participação em todo esse processo.

16 – No entanto, não nos basta construir com as demais forças sindicais um campo político onde levantamos as bandeiras da democracia, da liberdade e do socialismo. Temos que seguir em frente, ir além, recompor a unidade das forças sindicais.

17 – Destas análises surgem convicções que temos hoje, ou seja, o movimento sindical brasileiro levado pelos seus problemas de toda a ordem e, principalmente, diante da atual conjuntura que impõe uma ofensiva das trabalhadoras e

trabalhadores precisa: a) dar respostas aos reais interesses classistas; b) romper com a submissão às forças externas ao movimento – não capitular; c) buscar saídas para o impasse que se instalou no seio do movimento, com o isolamento dos sindicatos, com a baixa sindicalização e o esvaziamento das propostas originais do sindicalismo combativo; d) recompor a unidade das forças do movimento sindical e das Centrais.

18 – A atual conjuntura exige das trabalhadoras e dos trabalhadores uma ofensiva para a manutenção e conquistas de direitos.

19 – Estas tarefas que estamos realizando com os primeiros passos já realizados juntamente com amplos setores representativos do sindicalismo brasileiro e, principalmente, com a decisão tomada pela SSB de continuar a construção da Central dos socialistas, comunistas, camponeses, democratas e independentes.

II - PLATAFORMA E PLANO DE LUTAS

1 – PLENO EMPREGO E TRABALHO DECENTE

- a) O pleno emprego passará pela defesa da redução da jornada de trabalho e o combate a rotatividade;
- b) Aprovação da Resolução 158 da OIT pelo Congresso Nacional;
- c) Fim das horas extras;
- d) Fim dos bancos de horas;
- e) Combate à discriminação das mulheres, jovens, negros e a orientação sexual no acesso e permanência no emprego de qualidade;
- f) Combate à automação indiscriminada e sua resultante, com a conseqüente

re-inserção dos trabalhadores vitimados com o desemprego;

- g) Aumento da escolaridade, formação e qualificação dos trabalhadores e trabalhadoras;
- h) Extensão dos direitos trabalhistas às trabalhadoras (es) domésticas (os) e demais profissões não regulamentadas.
- i) Defesa do concurso público em todas as esferas do Estado;
- j) Combate à terceirização.

2 – MELHORES SALÁRIOS

- a) Defesa da atual política do Salário Mínimo e apoio a unidade dos trabalhadores do campo e da cidade para a conquista de melhores salários;
- b) Pelo fim do fator previdenciário que penaliza os aposentados;

3 – FORTALECER A ORGANIZAÇÃO SINDICAL

- a) Defesa da unicidade sindical de base;
- b) Reconhecimento do comitê de fábrica (de base) e a representação de base, com estabilidade para seus membros;
- c) Defesa da estabilidade para os dirigentes sindicais eleitos pela organizações sindicais;
- d) Regras democráticas para a organização e gestão sindical, bem como os critérios de representatividade;
- e) Defesa do princípio da proporcionalidade;
- f) Tudo ao sindicato de base;
- g) Contra a PEC 369/2005 e as ameaças da reforma sindical que divide a classe trabalhadora;
- h) Defesa do custeio para as organizações sindicais.

4 – AMPLIAR E UNIVERSALIZAR OS DIREITOS TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIOS

- a) Defesa da previdência pública e sua universalização;
- b) Derrubar o fator previdenciário no Congresso;
- c) Combater o trabalho escravo – é abominável a exploração de crianças;
- d) Combate a todo e qualquer retrocesso nas regras da previdência Social;
- e) Nenhum retrocesso de direitos – avançar para a conquista de novos direitos;
- f) Funções iguais, salários iguais – não aceitamos a discriminação das pessoas, especialmente, em ambiente de trabalho, seja por etnia, raça, gênero, orientação sexual, idade, portadores de necessidades especiais;
- g) Defesa do aumento da licença maternidade;
- h) Defesa da saúde do trabalhador e trabalhadora, como também a efetiva segurança, medicina e higiene no trabalho;
- i) Defesa do Contrato Coletivo Nacional de Trabalho;
- j) Direito irrestrito de greve - combate às práticas anti-sindicais.

5 – REFORMA AGRÁRIA SUSTENTÁVEL.

- a) Efetivação da reforma agrária – limitando o tamanho das propriedades, expropriação ao latifúndio;
- b) Novo modelo de desenvolvimento rural sustentável, com ênfase na agricultura familiar – garantia de estoques públicos para o abastecimento e segurança

alimentar do povo brasileiro – exportar só o excedente;

- c) Fim do conflito da terra e os assassinatos de trabalhadores (as) rurais e índios – punição severa e nenhuma tolerância ao latifúndio assassino.

6 – REFORMA URBANA

- a) Defesa da gestão sustentável das cidades – é inaceitável ver em que se transformaram as grandes metrópoles brasileiras – uma multidão de gente vindo dos mais longínquos lugares deste país – filhos do êxodo rural – em 50 anos o Brasil inverteu os números de 80% da população que vivia no campo para as cidades - filhos adotivos do desemprego ou do subemprego - amontoados nas favelas das grandes cidades, a mercê da sorte, do tráfico ou da milícia. Falta-lhes emprego bom, saúde, saneamento, segurança. Falta-lhes o estado de bem estar social. Falta-lhes governos sérios, pois os poucos sérios, sozinhos, são insuficientes, diante de tanto para se fazer – perdemos na correlação de força – daí faltar-lhes escola, escola de qualidade, pois, assim, os muitos, não sérios, continuarão governando, até quando o povo despertar e tomar para si, seu destino. Sobra a violência que é uma questão complexa e não se restringe à dicotomia polícia versos bandido.
- b) Defesa dos serviços essenciais – defesa da Educação Pública, laica, democrática – regulamentar a educação privada e promover a sua extinção – Universalização da Saúde Pública – Defesa do SUS – Moradia – combate ao déficit habitacional com a construção de moradias populares e avançar nas

financiadas pelo poder público;

- c) Combate a especulação imobiliária que, na cidade, se equipara ao latifúndio no campo – imposto progressivo.
- d) Defesa do Meio Ambiente, eticamente sustentável – todas as questões relacionadas com o meio-ambiente deverão fazer parte de uma nova concepção de vida na cidade – punições severas contra os crimes ambientais – pela regulamentação das leis ambientais.
- e) Defesa de um novo modelo de transporte – Fortalecimento e ampliação do transporte de massa, principalmente aqueles sobre trilhos e sistemas inteligentes de transportes de massa – combate às máfias dos transportes coletivos representados por setores empresariais mafiosos.
- f) Não criminalização do transporte alternativo – regulamentação e legalização.
- g) Política de segurança pública séria com valorização dos trabalhadores (as) da segurança.

7 – AMPLIAR A DEMOCRACIA

- a) Combate ao monopólio da mídia capitalista – defesa da TV pública e rádios comunitárias;
- b) Defesa da reforma política baseada no tripé: Financiamento Público, Fidelidade e Lista – Abaixo as cláusulas de barreira – aprofundar os instrumentos da democracia participativa e aperfeiçoar os da democracia representativa (SERÁ ENCAMINHADA PARA A DISCUSSÃO NOS FÓRUMS SINDICAIS E DO PARTIDO – A QUESTÃO SEGUE ABERTA);
- c) Acabar com a política de arrocho fiscal – fim das restrições impostas pela Lei

de Responsabilidade Fiscal – utilização do dinheiro do superávit primário para investimentos nos setores públicos (SERÁ ENCAMINHADA PARA A DISCUSSÃO NOS FÓRUMS SINDICAIS E DO PARTIDO – A QUESTÃO SEGUE ABERTA);

- d) Defender a integração solidária da América Latina – povos e movimentos sociais, baseados na reciprocidade e solidariedade – combater as investidas golpistas do imperialismo, contra os governos progressistas e de esquerda nesta nova conjuntura da América Latina.

8 – CONTRA QUALQUER TIPO DE DISCRIMINAÇÃO – Lutar intensamente contra qualquer tipo de discriminação – pela inclusão social para todas as pessoas.

9 – PELA PAZ MUNDIAL

- a) Lutar contra o imperialismo – pela paz mundial – solidariedade a Cuba – apoio à revolução bolivariana na Venezuela – apoio ao governo de Evo Morales, na Bolívia, apoio ao governo da Frente Ampla do Uruguai, solidariedade aos povos palestinos, iraquianos e todos os povos e nações oprimidas pelo imperialismo;
- b) Pela saída das tropas brasileiras do Haiti;
- c) Denunciamos e combatemos os governos satélites do imperialismo estadunidense, instalados na América Latina.

10 – DEFESA DO PROJETO NACIONAL

- a) Com o protagonismo da classe trabalhadora;
- b) Defesa da Amazônia – patrimônio do povo brasileiro.
- c) Socialista.



Demos as mãos! E foi assim, de mãos dadas, que compartilhamos de êxitos e dificuldades, para nos constituímos como uma alternativa aos métodos atrasados de gestão e com nosso jeito socialista de governar alcançamos o posto de maior força política no que se refere à Política Públicas de Juventude no país.

Juntamente a isso, ampliamos nossa participação no Conselho Nacional de Juventude – CONJUVE, espaço de debate e controle social das políticas de juventude em âmbito federal, além de nos destacarmos e manter nossa atuação na União Nacional dos Estudantes - UNE e na União Brasileira dos Estudantes Secundaristas – UBES, espaço este que há décadas forjam lideranças socialistas, basta olhar para nossa direção nacional do partido e ver a formação da grande maioria das nossas lideranças.

De mãos dadas, participamos de forma brilhante da 1ª Conferência Nacional de Juventude em 2008, momento este que foi fundamental para este crescimento citado anteriormente, porém destacamos aqui, que naquela ocasião que percebemos o quanto era significativo a nossa luta junto aos nossos governos e mandatos a fim de assegurar direitos à nossa juventude.

A JSB Amazonas cumpria naquele momento o seu papel, e hoje se orgulha de ver ações como o Crédito para a Juventude que está sendo aplicado pelo governo do companheiro Camilo Capiberibe, no Amapá e foi fruto de uma grande articulação da JSB de todo o norte do Brasil para que este tema fosse aprovado dentre as resoluções da 1ª Conferência.

A partir de então nos dedicamos a estimular as nossas gestões a fazer o debate sobre o tema e internamente adquirimos confiança inclusive da Fundação João Mangabeira que nos contemplou com o 1º Curso de Política Pública de Juventude para o Desenvolvimento realizado por uma organização política no país.

Hoje estamos colhendo alguns frutos destas iniciativas. Destacamos assim, o expressivo numero de 7 gestores estaduais de políticas de juventude e a dezena de gestores municipais, que já nos garantiram inclusive a condição de ocupar a vice presidência do CONJUVE e faz de nós hoje uma força política de respeito, com papel estratégico na construção da 2ª Conferência Nacional de Juventude, a ser realizada em meados de dezembro, espaço qual estamos ajudando a coordenar através da nossa participação na Comissão Organizadora da Conferência e Secretaria Nacional de Juventude.

Estes acontecimentos não surgem a toa, são frutos da militância de diversos companheiros e companheiras dos mais diversos estados que desprenderam de suas vidas e rodaram esse país, levando na mala os anseios da nossa juventude, ajudando a difundir sonhos e organizando o combate diário contra as injustiças sociais.

De mãos dadas tivemos papel de destaque em outras importantes conquistas da juventude brasileira. Destacamos a aprovação da Emenda 65 (PEC da Juventude) e mais recentemente o Estatuto da Juventude, pautas estas onde a ação compartilhada entre nossos representantes jovens e bancada de deputados e senadores do partido foi fundamental para obter êxito. Hoje essa demanda ganha ainda mais força com o crescimento do numero de deputados jovens nos nossos quadros e conquista da presidência da Frente Parlamentar de Juventude. Conquistamos com esse diálogo a unidade em torno de dezenas de pautas estratégicas para nosso futuro.

No Movimento Estudantil continuamos fortes e com nossa identidade consolidada, levando sempre adiante a bandeira da necessidade de mais democracia e transparência em toda rede do movimento. Não abrimos mão em nenhum momento de lutar por melhorias para todos os estudantes brasilei-

ros. O empenho de cada militante, nos mais longínquos rincões de nosso país é o que nos dá força e nos motiva a permanecer na luta.

Neste cenário não foi diferente a participação da JSB Amazonas, tanto no Congresso da União Nacional dos Estudantes - ConUNE e o Congresso da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas - ConUBES foi significativa. Ajudamos a fortalecer a JSB nacionalmente e tivemos a honra de contribuir por um curto período ocupando a vice-presidência da UNE através de uma militante do nosso estado.

Entretanto, é aqui no Amazonas, em especial na capital Manaus, que a luta da JSB é mais presente: foi através do contato diário com os estudantes construímos nossa pauta, no movimento nos últimos tempos.

Participamos de forma decisiva nas mobilizações que levaram mais de 20 mil estudantes para as ruas em 2007 em defesa do Passe Livre. No ano de 2008 iniciamos uma longa jornada em defesa da manutenção da meia-passagem, período em fizemos uma vigília de 20 dias na porta da Câmara Municipal de Manaus, além de diversas outras manifestações, lutamos contra a corrupção que assola nosso estado, cobramos frequentemente por melhorias nas escolas do estado e por mais valorização da cultura local, já houveram ocasiões onde montamos em uma das principais avenidas da cidade um festival improvisado, ao lado do maior Festival de Ópera do norte com mais de 15 grupos se revezando nas apresentações, mas não paramos por aqui.

Elegemos em São Sebastião do Uatumã o mais jovem vereador do Estado e em Parintins temos ações de destaque na defesa do meio-ambiente, a última foi o Passeio Ciclístico do Dia da Árvore que levou as ruas diversos jovens e não jovens para lutar por mais consciência ambiental e políticas públicas.

Guardada as devidas proporções, temos a convicção que a disposição integral dos militantes da JSB Amazonas nestes processos citados anteriormente foi essencial nestas conquistas. Nos dedicamos anualmente na construção da Semana Miguel Arraes, uma justa homenagem a nosso grande líder, momento em que podemos levar às ruas parte dos seus ensinamentos para o povo sofrido do nosso Estado.

Foi através de momentos como este que diversos jovens e não jovens tiveram conhecimento do nosso papel na construção da história do Brasil e puderam vir a somar a nós nesta luta.

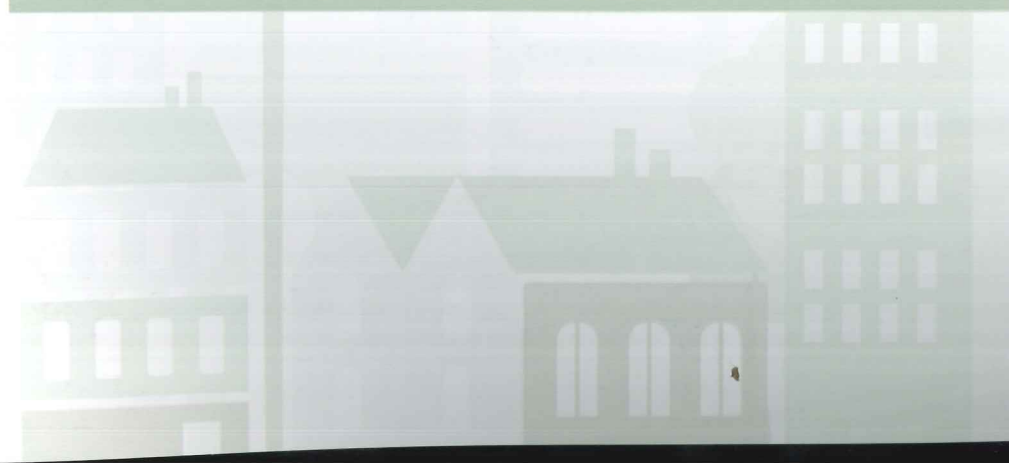
Mostramos que a nossa prática é pautada na transparência e levamos às ruas a voz de milhares de excluídos que não têm sequer a oportunidade de participar de uma manifestação qualquer sob o risco de perder seu emprego ou seu “bico” por conta desta sociedade desigual e corrupta que ainda vivemos em nosso glorioso estado do Amazonas.

Chegamos até aqui com muita garra e esforço. Temos nas veias o entusiasmo do nosso primeiro dia de militância. É assim que queremos seguir pelo bem de toda JSB. Nossa luta neste momento é pela união de esforços e comprometimentos.





Jamil Haddad





“Os conhecidos e assustadores problemas das nossas cidades precisam ser entendidos como partes fundamentais da questão nacional. A dinâmica de formação, crescimento e transformação das nossas cidades sintetiza duas questões nacionais: a questão democrática e a questão distributiva”.

